

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista de Controle Externo – Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA ESCRITA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação permite perpetuação da cultura e da civilização.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

O que será da escrita sem solidão?

Já não resta na minha vida nenhuma solidão. Me pergunto se haverá solidão em algum lugar, se alguém é ainda capaz de estar só, de alcançar um estado de solidão. Não me refiro, claro, à penúria afetiva, ao abandono, ao desamparo, males diários que se encontram por toda parte, no meio da multidão. Penso mais num silêncio dilatado, vasto, num silêncio que é a ausência de notícias, de palavras, de ruídos. Penso num retiro íntimo, um lugar em que já não se ouça a respiração ofegante do mundo.

*Andei lendo **Escrever**, de Marguerite Duras, um relato de como ela construiu para si uma solidão densa, de como só assim se tornou capaz de escrever. “A solidão é aquilo sem o qual não fazemos nada”, ela diz. “Aquilo sem o qual já não vemos nada.” Para a escrita, nada seria mais necessário que a solidão, algum grau de asilo pessoal seria sua condição imprescindível. Fiquei pensando o que será da escrita quando já não houver, em absoluto, a solidão. Fiquei pensando o que será da leitura quando não houver, em absoluto, silêncio.*

Por anos, escrever me exigiu uma busca irrequieta por espaços calmos, espaços isolados do alvoroço que nos cerca, que nos acossa. Quando não consegui construir a solidão em minha casa, me refugiei no consultório abandonado do meu pai, me exilei em outro país, no apartamento dos meus avós mortos, me recolhi em cantos ocultos de bibliotecas. Como se não pudesse ser visto, como se escrever fosse uma subversão, um segredo.

A esta altura desisti de estar só. Me falta tempo para essas fugas, e já percebi que o mundo dispõe de fartos recursos para me achar onde quer que eu esteja. Quando consigo ignorar seus apelos, ouço minhas filhas no quarto ao lado, brincando, rindo, cogito me juntar a elas e me reprimo. Escrever deixou de ser ato subversivo e passou a ser, por vezes, cruel: ignoro minha filha que esmurra a porta e clama pelo pai enquanto não termino a frase de vez. Quando elas partem, ainda não há solidão: a casa reverbera os seus gritos, recria sua presença em infinitos objetos. Nesta casa nunca mais haverá solidão, e tudo o que eu escrever aqui trará essa marca indelével.

(Adaptado de: FUKS, Julián. **Lembremos do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 119-120)

1. Considerando-se o contexto, depreende-se que há uma **oposição** de sentido entre os segmentos
 - (A) *seus apelos / a casa reverbera* (4º parágrafo)
 - (B) *silêncio dilatado / retiro íntimo* (1º parágrafo)
 - (C) *asilo pessoal / absoluto silêncio* (2º parágrafo)
 - (D) *isolados do alvoroço / consultório abandonado* (3º parágrafo)
 - (E) *ato subversivo / tudo o que eu escrever aqui* (4º parágrafo)

2. Considerando-se o conjunto desse texto, o autor, ao tratar da solidão, assume
 - (A) a tese conclusiva de que só é possível escrever a partir do momento em que se ouvem os reclamos sociais.
 - (B) pontos de vista alternativos, pois ora defende o culto do ócio, ora execra o hábito de quem a ele se rende.
 - (C) uma posição dogmática, pois considera imprescindível a experiência de um retiro para que se escreva algo pessoal.
 - (D) o abandono da sua convicção quanto ao imperativo da solidão absoluta para poder escrever.
 - (E) a desistência progressiva da solidão pela vontade maior de passar a criar num modo de parceria.

3. A convicção de que o estado de solidão deixou de ser possível deve-se, sobretudo, à causa exposta no segmento
 - (A) *o mundo dispõe de fartos recursos para me achar* (4º parágrafo)
 - (B) *à penúria afetiva, ao abandono, ao desamparo* (1º parágrafo)
 - (C) *é aquilo sem o qual não fazemos nada* (2º parágrafo)
 - (D) *algum grau de asilo pessoal* (2º parágrafo)
 - (E) *busca irrequieta por espaços calmos* (3º parágrafo)

4. Depreende-se da leitura do último parágrafo que, diante da agitação de suas filhas, o autor
 - (A) percebeu que aquela perturbação, uma vez afastada, dava lugar à solidão mais produtiva.
 - (B) passou a considerar sua antiga necessidade de solidão como um simples capricho de escritor frustrado.
 - (C) teve que considerar a força dos elementos externos que passaram a integrar sua produção de escritor.
 - (D) se deu conta de que escrever passaria a ser algo inviável, na falta de um pleno recolhimento.
 - (E) se viu como um pai cuja indiferença aos apelos das crianças revelava sua maturidade como criador.



5. No segmento sublinhado, o verbo está na voz passiva e se encontra corretamente flexionado em:
- (A) Ele foi demovido de sua obsessão por estar só pela ação das suas filhas.
 - (B) Ele não se acha capacitado como escritor, quando não está isolado de tudo e de todos.
 - (C) Caso ele não satisfazer seu desejo de estar só, não se animará a escrever.
 - (D) Ele já havia se convicto de escrever mesmo na presença das crianças ruidosas.
 - (E) Foram muitos os momentos de solidão que ele havia transposto para poder escrever.
-
6. Um segmento do texto tem seu sentido corretamente interpretado no seguinte caso:
- (A) *trará essa marca indelével* (4^o parágrafo) = advirá desse estigma insondável
 - (B) *Penso mais num silêncio dilatado* (1^o parágrafo) = Cogito sobretudo um silenciar expandido
 - (C) *algum grau de asilo pessoal* (2^o parágrafo) = um certo nível de intimidação recolhida
 - (D) como se escrever fosse uma subversão (3^o parágrafo) = sendo de tal forma penosa uma escritura
 - (E) *o mundo dispõe de fartos recursos* (4^o parágrafo) = retiram-se da vida inúmeros expedientes
-
7. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Aos gritos das crianças sucediam-se, por vezes, a reverberação de ecos que iam marcando minha escrita.
 - (B) Já não me restam nestes novos momentos senão concordar que as experiências de solidão tornaram-se impossíveis.
 - (C) As frases em que a grande Marguerite Duras brindaram a importância da solidão ressoam em mim até hoje.
 - (D) Uma busca obsessiva por espaços e recantos solitários condicionavam minha necessidade de escrever.
 - (E) Somente algum refúgio nos espaços isolados de asilos voluntários permitia-me momentos de criação.
-
8. Está correta a nova redação de um segmento do texto em
- (A) *desisti de estar só* = renunciei a estar só
 - (B) *ainda é capaz de estar só* = ainda está apto à ser só
 - (C) *não me refiro à penúria* = não me atendo pela penúria
 - (D) *uma busca por espaços* = uma demanda aos espaços
 - (E) *espaços isolados do alvoroço* = espaços alheios no alvoroço
-

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

A nuvem

– “Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar!”

E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz, carne, batata, transporte, custo de vida, buracos na rua etc. etc. etc.

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu for ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler? Acho que o leitor gosta de ver suas queixas no jornal, mas em termos.

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos da rua e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. São caprichos de certa fase. Mas que importa? Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. Ele se irá como veio, leve nuvem solta na brisa, que se tinge um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana!** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, pp. 179-180)

9. *Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão.*
No excerto acima, o cronista considera que
- (A) a frouxa ilusão que tem quanto aos carinhos recebidos faz com que sua melancolia arrefeça aos poucos.
 - (B) a melancolia de um carinho, mesmo acolhida com ilusório respeito, faz bem ao seu coração.
 - (C) recebe um carinho com doçura e maduro respeito, poupando-se da melancolia que advém das ilusões.
 - (D) sua desilusão, embora funda e grave, mescla-se aos carinhos de sua vida, e acaba por lhe fazer bem.
 - (E) acolhe o carinho que lhe faz bem, embora sem a gravidade de quem permite iludir-se com a melancolia.
-
10. O cronista Rubem Braga, comentando o teor de suas crônicas publicadas no jornal, admite que
- (A) cultiva um estilo de linguagem pelo qual o que há de mais prosaico na cidade ganha melhor expressão.
 - (B) trata melhor dos detalhes próprios da vida urbana do que do bucolismo dos leitores mais conservadores.
 - (C) cuida de jamais aborrecer seu público com algum excesso poético, restringindo-se ao realismo da rotina.
 - (D) se preocupa por vezes excessivamente com os problemas municipais, em vez de se dedicar a temas mais amplos.
 - (E) prefere relevar os aspectos mais positivos da vida emocional, em vez de sublinhar os negativos.
-



11. Há emprego de uma **personificação** na frase:
- (A) *Esse carinho me faz bem.*
 - (B) *E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz.*
 - (C) *Até que tenho reclamado muito isto e aquilo.*
 - (D) *a verdade não está apenas nos buracos da rua.*
 - (E) *as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso.*
-
12. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *Tome tenência* (5º parágrafo) = Cuide de se relaxar
 - (B) *grávido de razões* (3º parágrafo) = assoberbado de queixas
 - (C) *mas em termos* (3º parágrafo) = ainda que sem restrições
 - (D) *deram um show luxuoso* (4º parágrafo) = montaram um espetáculo faustoso
 - (E) *caprichos de certa fase* (4º parágrafo) = descuidos efêmeros
-
13. Atente para esta passagem em discurso **direto**:
- Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever sem reclamar – disse meu amigo,
- Transpondo a passagem acima para o discurso **indireto**, ela deverá ficar:
- Meu amigo me disse que
- (A) se admirava pelo modo como eu, morando nesta cidade, conseguia escrever sem reclamar.
 - (B) ficaria admirado de mim, morando nesta cidade, conseguindo escrever sem reclamar.
 - (C) me admirava por eu morar nesta cidade escrevendo sem lhe reclamar.
 - (D) admiro muito que você more nesta cidade e consiga escrever sem reclamar.
 - (E) eu era de admirar, uma vez que morando nesta cidade, como é que alguém fica sem reclamar?
-
14. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Vivendo embora, nos espaços de grandes cidades, Rubem Braga filho de Cachoeiro do Itapemirim, jamais negligenciou a natureza.
 - (B) Entre assuntos triviais e observações poéticas, o cronista, via de regra, não hesita em preferir estas últimas, para não chatear seus leitores.
 - (C) Assuntos corriqueiros, não faltam a um cronista, já os de teor romântico, dependem de sua disposição de espírito.
 - (D) Desde há muito tempo como se sabe, as crônicas frequentam os jornais, como comentários de notícias, ou textos literários.
 - (E) Rubem Braga costuma ser um crítico ácido, de suas próprias crônicas, por vezes admitindo injustamente, que se aventura em retórica de mau gosto.

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Escravo da razão

O grande pensador Montaigne (1533-1592) foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento e razão foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo e a vontade. Seu conservadorismo pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo. Em sua concepção política o indivíduo é deixado livre dentro do quadro das leis e procura tornar tão leve quanto possível a autoridade do Estado.

Para Montaigne, o melhor governo seria o que menos se faz sentir e assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada, e sem pretender orientar os espíritos. Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres, obedientes às leis, homens que agem não por temor, mas por vontade própria.

Escravo da razão, Montaigne transmitiu essa servidão à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade.

(Extraído do encarte sem indicação autoral do volume **MONTAIGNE**, da coleção **Os Pensadores**. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 223)

15. A afirmação de que o pensador Montaigne *nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático*, ganha sustentação ao se lembrar que ele
- (A) defendeu a intervenção do Estado na vida privada.
 - (B) liberou o pensamento ocidental do peso das contradições.
 - (C) deu vazão a ímpetos de rebelião contra as leis de seu tempo.
 - (D) foi um conservador a quem faltou a energia da ação.
 - (E) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.



16. Considere as seguintes afirmações:

- I. Montaigne foi um pensador conservador.
- II. Seu conservadorismo renunciou o liberalismo.
- III. No liberalismo deve ser leve a atuação do Estado.

Essas afirmações integram-se com correção e coerência no seguinte período:

- (A) Conquanto se antecipasse ao liberalismo, o conservador Montaigne questionava a presença frágil do Estado.
- (B) Apesar de renunciar o liberalismo, como conservador Montaigne subestimava a atuação do Estado.
- (C) A discreta atuação do Estado caracteriza o liberalismo, do qual o conservador Montaigne foi um precursor.
- (D) No liberalismo a atuação diminuta do Estado deve ser a prerrogativa de um conservador, tal como foi Montaigne.
- (E) O conservadorismo de Montaigne confrontou-se com a atuação diminuta do Estado, num regime liberal.

17. No contexto do 3º parágrafo, a expressão *servidão à filosofia*

- (A) sugere a reação de Montaigne às tendências racionalistas da época.
- (B) faz ver um aspecto muito restritivo do pensamento de Montaigne.
- (C) mostra que esse grande pensador pagou tributo a certos preconceitos.
- (D) encarece a importância que dava Montaigne aos ideais mais abstratos.
- (E) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.

18. No contexto do 3º parágrafo, a frase *Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem*

- (A) denota o combate que Montaigne encetou contra a servidão racionalista.
- (B) aponta para uma contradição própria do pensamento de Montaigne.
- (C) ressalta o valor que encontrava Montaigne na potência da razão.
- (D) identifica aspectos de irracionalidade nesse grande pensador.
- (E) encarece nesse filósofo o papel de detectar e diluir as contradições.

19. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.
- (B) Ao tempo de Montaigne, ninguém poderia supor que ele exerça influência sobre os liberais do século XIX.
- (C) No caso de que ache vicioso o pensamento de alguém, Montaigne logo identificaria as contradições nele presentes.
- (D) Um verdadeiro filósofo, se lhe convier servir aos ditames da razão, não terá hesitado em enfrentar contradições do pensamento.
- (E) As verdades dogmáticas que Montaigne teria a enfrentar certamente provocarão sua reação dialética em face das contradições.

20. *Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres e obedientes às leis.*

A frase acima seguirá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

- (A) cientes aos – resignados por
- (B) prevenidos quanto a – acatadores das
- (C) cônscios à – submissos por
- (D) inteirados com – intransigentes nas
- (E) sabedores por – servidores pelas



Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, baseie-se no texto abaixo.

Minha terra

*Saí menino de minha terra.
Passei trinta anos longe dela.
De vez em quando me diziam:
Sua terra está completamente mudada,
Tem avenidas, arranha-céus...
É hoje uma bonita cidade!*

Meu coração ficava pequenino.

*Revi afinal o meu Recife.
Está de fato completamente mudado.
Tem avenidas, arranha-céus.
É hoje uma bonita cidade.*

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!

(BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa.**
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 4. ed., p. 283)

21. Apresenta-se numa redação inteiramente clara e correta a seguinte frase:

- (A) Se alguém se propor a conferir como está sua antiga cidade, é possível que se frustrasse com o que ver agora.
- (B) Os aspectos positivos com que enalteceram a cidade que deixou menino não impressionaram o adulto que foi revê-la.
- (C) O poeta se lamenta que suas imagens infantis não se sucederam à contento quando voltou na sua cidade.
- (D) Não se conformando na presente visão da cidade, embora bonita, o poeta não se resignou em assim considerá-la.
- (E) Mais afeito ao seu passado que do seu presente, o poeta decepcionou-se porque não reaveu as antigas imagens.

22. Ao falar de sua terra, o Recife, o poeta faz ver que

- (A) as atrações de um lugar tão querido como perdido atualizam-se de forma mais envolvente à medida que ocorra uma reaproximação.
- (B) a distância resultante do afastamento de sua cidade natal o fez idealizá-la a ponto de transfigurá-la na memória criada.
- (C) a passagem do tempo, para quem se agarra às suas origens, traz a um reencontro a magia viva do passado.
- (D) as notícias que lhe vinham chegando criavam em sua imaginação uma cidade ainda mais bela do que aquela em que vivera.
- (E) as imagens resguardadas de sua infância foram rebatidas pela visão do que efetivamente veio a ser sua cidade.

23. Entre os recursos expressivos utilizados pelo poeta, deve-se notar que

- (A) as formas pretéritas *diziam* e *ficava* exprimem experiências descontínuas.
- (B) a construção *saí menino* assume o sentido de um advérbio de lugar.
- (C) a repetição de versos ocorre para reforçar exatamente uma mesma emoção.
- (D) o último verso revela um impacto subjetivo no interior de uma constatação.
- (E) o termo *pequenino* refere-se ao antigo estado do coração do menino.

24. A figura de linguagem atuante no verso “*Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!*” traz ao poema

- (A) a confirmação de uma desconfiança há muito frequentada.
- (B) um desmedido sentimento de revivescência.
- (C) a ironia aguda de quem desdenha de suposta vantagem.
- (D) a maldição que recai sobre quem se agarra ao passado.
- (E) o impacto risível das revelações mais surpreendentes.

25. A forma verbal sublinhada atende às normas de concordância em:

- (A) Entre os impactos do presente pode situar-se o das frustrações por conta da desfiguração dos antigos lugares.
- (B) No nosso passado podem ter havido muitas experiências cuja idealização só acaba por nos afastar delas.
- (C) As decepções que se colhe no presente podem derivar de exageradas ou mesmo descabidas idealizações do passado.
- (D) Não cabem às pessoas que cultuam o passado exigir que tudo se preserve para um encantamento no presente.
- (E) Entre os lances da mais remota memória hãõ que se identificar os que não poderiam ter resistido à passagem do tempo.

**Noções de Direito Constitucional**

26. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás sobre a organização administrativa,
- (A) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, excetuando-se, contudo, as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
 - (B) a administração reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão, observado, em relação aos cargos em comissão, o percentual mínimo de 5%.
 - (C) é garantido aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.
 - (D) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
-
27. Segundo o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás, compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios,
- (A) manter sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais.
 - (B) legislar sobre a instituição de regiões metropolitanas.
 - (C) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, de forma associativa, objetivando a proteção e preservação do meio ambiente.
 - (D) legislar sobre a exploração dos serviços de gás canalizado, de forma direta ou mediante concessão, nos termos da lei.
 - (E) combater as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração das camadas sociais desfavorecidas.
-
28. Segundo o que dispõe a Constituição do Estado de Goiás sobre o Poder Legislativo,
- (A) a Assembleia Legislativa poderá convocar Secretários de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da Administração indireta para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado.
 - (B) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição estadual rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados.
 - (C) o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa será nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, entre os procuradores estáveis integrantes da carreira.
 - (D) os Deputados Estaduais, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, por crime comum, ressalvada a competência das Justiças Eleitoral e Federal.
 - (E) a Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado em dez Municípios.
-
29. Considere as seguintes atribuições, à luz da Constituição do Estado de Goiás:
- I. Acompanhar, por seu representante, a realização dos concursos públicos na Administração direta e nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas ou mantidas pelo Estado.
 - II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - III. Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas em lei que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - IV. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade e sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.
 - V. Fiscalizar as contas de empresas ou consórcios interestaduais, ainda que não haja participação de forma direta ou indireta do Estado no capital social, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.
- Ao Tribunal de Contas do Estado compete APENAS o que se afirma em
- (A) I, III e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, II e V.
 - (E) II, III e IV.
-
30. Segundo o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária,
- (A) o órgão central do sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais é o Tribunal de Contas do Estado, que contará com o auxílio da Assembleia Legislativa, dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de cada Poder, e outros órgãos que possuam missões similares.
 - (B) o Auditor, quando em substituição a Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vencimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito de entrância inicial.
 - (C) os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
 - (D) aos Procuradores do Estado aplicam-se as disposições pertinentes a direito, vedações e forma de investidura dos membros do Ministério Público.
 - (E) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por nove conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.



31. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal e, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca dos princípios gerais da atividade econômica,
- (A) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, cabendo ao Estado exercer, para tanto, as funções de fiscalização e planejamento da atividade econômica, determinantes para os setores público e privado.
 - (B) ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (C) é admissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
 - (D) a lei não poderá restringir os investimentos de capital estrangeiro e, ainda, regular a remessa de lucros ao exterior.
 - (E) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependendo, em todos os casos, de autorização de órgãos públicos, tendo em vista os imperativos da segurança nacional.
-
32. Inconformados com a crescente criminalidade e com a sensação de impunidade manifestada pela sociedade civil, 50 Deputados Federais propuseram, conjuntamente, um projeto de lei visando à aplicação de pena de trabalhos forçados para os condenados por crimes graves, que envolvam violência e grave ameaça. Diante da situação hipotética acima descrita, tal projeto
- (A) é inconstitucional, diante da vedação expressa da Constituição Federal à pena dessa espécie.
 - (B) é inconstitucional, haja vista que a iniciativa de proposta legislativa dessa natureza exige, no mínimo, um terço dos membros do Congresso Nacional.
 - (C) é constitucional, pois foi regularmente proposto por parlamentares representantes da vontade popular.
 - (D) deverá, obrigatoriamente, ser convertido em proposta de emenda constitucional, pois necessária a reforma da atual Constituição Federal, antes de sua aprovação.
 - (E) deverá ser submetido a um grande debate, para sua aprovação, envolvendo representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário, por se tratar de matéria penal.
-
33. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos sociais,
- (A) é direito do trabalhador rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (B) é assegurado aos trabalhadores seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, sem excluir a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer exclusivamente em dolo.
 - (C) é direito do trabalhador doméstico, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (D) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses exclusivamente coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (E) é assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e aos trabalhadores sobre os interesses que devam por meio dele defender.
-
34. Marlene, 28 anos de idade, brasileira naturalizada, cogitou candidatar-se para o cargo de Deputado Federal, nas eleições gerais do ano em curso. Diante da situação hipotética acima mencionada, Marlene
- (A) somente poderia se candidatar, independentemente da idade, aos cargos do Poder Legislativo, mas não aos do Poder Executivo, pois são eles privativos de brasileiros natos.
 - (B) poderia candidatar-se ao cargo de Deputado Federal, bem como ser eleita; contudo, não poderia ser escolhida Presidente da Câmara dos Deputados, pois esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (C) não poderia ser candidata ao cargo de Deputado Federal, pois, embora tenha a idade mínima para tanto, esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (D) não poderia ser candidata ao cargo de Deputado Federal, pois a idade mínima para tanto é de 30 anos; mas poderia ser candidata ao cargo de Deputado Estadual, para o qual se exige idade mínima de 21 anos.
 - (E) poderia se candidatar aos cargos de Deputado Federal e Estadual, mas não aos cargos de Senador, Governador e Presidente da República, pois, além de não ter a idade mínima para ocupar tais cargos, são eles privativos de brasileiros natos.
-
35. À luz do que dispõe a Constituição Federal, bem como do entendimento do Supremo Tribunal Federal, acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
 - (B) lei estadual que disponha sobre bloqueadores de sinal de celular em presídio invade a competência da União para legislar sobre telecomunicações.
 - (C) afronta competência legislativa privativa da União o dispositivo de constituição estadual que proíbe a caça no território do Estado respectivo.
 - (D) é constitucional lei estadual que preveja punições a empresas privadas e a agentes públicos que exijam a realização de teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura para admissão de mulheres ao trabalho.
 - (E) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre seguridade social.

**Noções de Direito Administrativo**

36. O controle dos atos da administração observa algumas características inerentes à organização administrativa, a exemplo
- (A) do controle de mérito, vedado ao judiciário e às cortes de contas.
 - (B) do poder de revisão dos próprios atos, sendo facultado ao superior hierárquico, a qualquer tempo, rever todos os atos de seus subordinados.
 - (C) da fiscalização exercida pelos órgãos superiores em relação aos inferiores, como expressão do controle hierárquico.
 - (D) do poder de polícia, inerente aos órgãos de controle da Administração pública no desempenho de suas funções executivas internas e externas.
 - (E) da legalidade, não sendo autorizada à Administração a edição de atos que não tenham forma e conteúdo expressamente previstos em lei.
-
37. A servidão administrativa difere das demais modalidades de intervenção na propriedade nos seguintes termos:
- (A) da requisição administrativa, porque esta se impõe apenas sobre parte do imóvel e a servidão acarreta restrição permanente na totalidade do imóvel onde for imposta.
 - (B) da desapropriação, porque impõe sacrifício inerente à condição de administrado, não autorizando, portanto, indenização ao titular da propriedade que a suportar.
 - (C) do tombamento, porque a servidão sempre obriga o ente público que a impõe o dever de indenizar o titular da propriedade que a suporta.
 - (D) da limitação administrativa, que impõe sacrifício ordinário ao proprietário, enquanto a servidão administrativa pode acarretar restrição à exploração econômica da propriedade, ensejando direito à indenização.
 - (E) da desapropriação, porque depende de anuência do proprietário do imóvel para sua imposição, não admitindo imposição mediante poder de império.
-
38. A contratação de uma concessão de serviços públicos deve ser precedida de procedimento de licitação,
- (A) que não poderá ser publicado no ano em que se realizar eleição, por força de norma expressa da lei de licitações.
 - (B) do qual não podem participar pessoas jurídicas de direito privado que já sejam prestadoras de serviços públicos de mesma natureza em razão de outros contratos em execução.
 - (C) no qual o critério de julgamento deve, obrigatoriamente, ser o de menor tarifa.
 - (D) no qual não se admite estabelecimento de critério de julgamento fundado em melhor proposta técnica e maior outorga, porque incompatíveis entre si.
 - (E) sendo permitido estabelecer, como critério de julgamento, um dentre os possíveis para tanto, a exemplo da maior outorga a ser paga ao poder público ou da menor tarifa a ser paga pelo usuário.
-
39. Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da
- (A) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.
 - (B) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
 - (C) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
 - (D) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
 - (E) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
-
40. De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, o servidor público ordinariamente competente para atuar em processo administrativo, mas que incorra em impedimento por alguma das hipóteses previstas naquele diploma normativo, tem
- (A) a faculdade de se abster de participar do processo administrativo, independentemente de sua natureza, quando se tratar de conflito de interesses potencial ou concreto.
 - (B) o dever de comunicar o fato ou relação jurídica que configura o impedimento, abstendo-se de atuar no processo.
 - (C) o dever de revelar a situação fática que caracteriza o impedimento, facultando às partes envolvidas mantê-lo participando da condução do feito.
 - (D) a faculdade de assim se declarar, sob pena de, não o fazendo, incorrer, ele próprio, em infração disciplinar.
 - (E) o dever de abster-se do processo, desde que de natureza disciplinar e que a causa do impedimento seja a pendência de processo judicial.



41. A gestão das autarquias, como entes integrantes da Administração pública indireta, pressupõe
- (A) patrimônio próprio, submetido a regime jurídico de direito público, o que não afasta a possibilidade de disposição de seus bens, desde que mediante demonstração de interesse público, autorização legislativa e avaliação.
 - (B) que a lei instituidora da pessoa jurídica defina o regime jurídico ao qual está submetida.
 - (C) capacidade de autoadministração de suas funções e de seu patrimônio, estando defeso de submissão à hierarquia e ao controle hierárquico da Administração central.
 - (D) submissão ao controle disciplinar da Administração central, que exerce poder de fiscalização e de revisão dos atos da pessoa jurídica, inclusive para fins de alteração ou revogação de atos.
 - (E) instituição do ente com base nas diretrizes e condições postas na lei autorizadora, da qual deverá constar, ainda, o rol de serviços passíveis de serem desempenhados.
-
42. De acordo com o que dispõe a Constituição da República, aos servidores ocupantes de cargo público aplicam-se os seguintes direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais:
- (A) remuneração acrescida de pelo menos 1/3 por ocasião de gozo de férias.
 - (B) décimo terceiro salário, calculado com base nos vencimentos, excluídas vantagens pessoais e gratificações.
 - (C) adicional noturno fixado no dobro do valor da hora de remuneração do trabalho diurno.
 - (D) salário-família em valor equivalente ao valor dos vencimentos, excluídas vantagens pessoais e gratificações.
 - (E) repouso semanal remunerado aos domingos e em um dia útil, de livre escolha do empregador.
-
43. Os contratos de gestão celebrados com organizações sociais
- (A) devem estabelecer criterioso detalhamento de valores de serviços e produtos, para viabilizar o controle orçamentário-financeiro a ser feito pelos órgãos de controle, de forma a revalidar, periodicamente, a adjudicação da entidade pelo critério do menor preço.
 - (B) têm natureza de parcerias denominadas termos de fomento, pois se prestam à consecução de atividades de interesse público solicitadas pela Administração pública, mediante repasse de recursos públicos à entidade.
 - (C) dependem de aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, órgão que, após a celebração, fica exclusivamente responsável pela fiscalização da execução do ajuste.
 - (D) poderão prever a destinação de bens públicos necessários à execução dos serviços e utilidades públicas autorizados na legislação que disciplina essas parcerias.
 - (E) dependem de realização de licitação formal, para seleção da entidade pelo critério do menor preço.
-
44. Considere que uma empresa estatal tornou-se proprietária de inúmeros imóveis em função de adjudicações levadas a efeito em sede de execuções movidas em face de devedora contumaz. Precisa, atualmente, decidir o destino dos referidos bens, dentre os quais há imóveis valiosos e de grande liquidez, mas também se encontram outros, de menor atratividade, com vocação para habitação de baixa renda e até mesmo alguns parcialmente invadidos. De acordo com o que dispõe a Lei federal nº 13.303/2016,
- (A) é faculdade da empresa estatal destinar os bens à finalidade de interesse público ou à finalidade econômica, considerando que àquela pessoa jurídica aplica-se o regime jurídico de direito privado, afastando a imposição de motivação.
 - (B) os imóveis de baixa liquidez e pouca atratividade prescindem de avaliação, podendo ser doados a entes públicos que pretendam lhes dar destinação social.
 - (C) a alienação de bens imóveis deve seguir o procedimento de licitação previsto na Lei federal nº 8.666/1993, inclusive no que se refere às hipóteses de dispensa e inexigibilidade.
 - (D) há disciplina própria para licitação, aplicável à alienação onerosa e gratuita dos imóveis, mediante justificativa e prévia avaliação dos bens, nas hipóteses onerosas.
 - (E) a alienação dos bens deverá observar o procedimento de licitação próprio, o que não afasta a possibilidade de destinação à finalidade de interesse coletivo que justificou a criação da empresa estatal.
-
45. Determinado município foi escolhido para sediar um grande prêmio de automobilismo, estando, portanto, em curso, os preparativos para o evento. Dentre as diversas providências necessárias está a realização de obras de reforma da pista do circuito, a fim de atender as exigências do regulamento da competição. A contratação das referidas obras, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993, depende
- (A) de orçamento individual e especificado da obra, acompanhado de cronograma de execução, que determinará a modalidade de licitação cabível.
 - (B) da prévia elaboração de projeto básico e de projeto executivo pelo município, peças imprescindíveis à instrução do edital de licitação.
 - (C) da demonstração de subsunção à hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, considerando a natureza dos serviços.
 - (D) de licitação, da qual devem constar como anexos o projeto básico e a minuta de contrato a ser firmado, dentre outros.
 - (E) da instrução do edital com anexos técnicos, a exemplo do projeto executivo, imprescindível para a correta precificação dos serviços.

**Noções de Direito Financeiro**

46. Uma dotação que tenha sido incluída na Lei Orçamentária Anual por emenda parlamentar individual impositiva
- (A) não será considerada para verificação do cumprimento do limite mínimo de despesas com saúde e educação ainda que os recursos correspondentes sejam aplicados em programação finalística nas referidas áreas.
 - (B) não pode ser alcançada por limitação geral de empenho (contingenciamento), somente podendo ser cancelada por decreto do Chefe do Executivo.
 - (C) poderá ensejar repasses diretamente a município para aplicação em programação finalística de sua competência, independentemente da celebração de convênio, mediante transferência especial.
 - (D) integra o cômputo da despesa corrente líquida para todos os efeitos legais, exceto para a verificação do limite de gastos com pessoal do ente, eis que vedada aplicação em despesas de custeio em geral.
 - (E) não poderá gerar restos a pagar, devendo a despesa ser integralmente executada e paga no exercício correspondente.
-
47. Suponha que determinado município tenha realizado operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) e utilizado os recursos correspondentes para fazer frente à insuficiência de caixa verificada no exercício financeiro em curso, destinando o numerário obtido ao pagamento de folha de pessoal e outras despesas de custeio. No exercício seguinte, permanecendo as dificuldades de caixa, o município realizou outra operação de crédito na forma de ARO. Ao avaliar a legalidade das referidas operações, caberá ao Tribunal considerar
- (A) que apenas a primeira ARO poderá ser considerada legal, desde que autorizada por lei, sendo vedada a repetição de operação da mesma natureza em exercício subsequente ou no mesmo mandato do Chefe do Executivo.
 - (B) a ilegalidade da primeira operação, eis que os recursos captados somente poderiam ser destinados a despesas de capital, sob pena de violação à denominada "regra de ouro".
 - (C) a regularidade de ambas as operações, desde que observado o limite de endividamento do ente, fixado em resolução do Senado Federal, e desde que o montante captado seja incorporado ao saldo da dívida consolidada.
 - (D) que a primeira operação deve ser liquidada até 10 de dezembro do exercício em que foi realizada e a segunda ARO estará vedada caso efetuada sem que a primeira tenha sido integralmente resgatada.
 - (E) que ambas as operações serão ilegais caso realizadas no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo, exceto se os recursos forem destinados para cobertura do déficit do regime de previdência dos servidores municipais.
-
48. Considere que, ao final do exercício orçamentário-financeiro, tenha sido verificado superávit apurado em balanço de fundo de despesa do Poder Executivo instituído para apoio a ações de fiscalização de atividade agropecuária, proveniente de receitas legalmente vinculadas a tal fundo. De acordo com a atual disciplina constitucional e legal, tais recursos
- (A) somente poderão permanecer à disposição do fundo no exercício subsequente se oriundos de cobrança de taxas, não sendo alcançados, neste caso, pelo mecanismo de desvinculação de receitas estabelecido pela Constituição Federal.
 - (B) permanecerão à disposição do fundo no exercício subsequente, salvo previsão em sentido contrário em sua lei instituidora, podendo, contudo, ser alcançados pela desvinculação de receitas estabelecida pela Constituição Federal, observado o limite de 30%.
 - (C) deverão retornar à livre disposição do Poder Executivo, vedada a retenção de tais receitas para utilização pelo fundo no exercício subsequente, considerando o princípio da unidade de tesouraria que rege o Orçamento Público.
 - (D) somente poderão permanecer a crédito do fundo se destinados à cobertura de restos a pagar gerados no exercício findo, devidamente processados e não liquidados.
 - (E) permanecem como receita do fundo em razão da destinação legal, constituindo receita não passível de desvinculação para aplicação em finalidade diversa, salvo em situação de calamidade pública.
-
49. Suponha que o Estado tenha se defrontado com a materialização de circunstância indicada no Anexo de Riscos Fiscais que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), gerando a necessidade de fazer frente a despesa de grande monta e que não contou com dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante de tal cenário, afigura-se juridicamente viável
- (A) a utilização de receitas extraorçamentárias eventualmente disponíveis para cobertura da despesa não prevista na LOA, dispensando-se a abertura de dotação específica.
 - (B) o cancelamento de empenhos em montante suficiente para remanejamento e abertura de crédito especial, observados os limites fixados no Anexo de Metas Fiscais que acompanha a LDO.
 - (C) a abertura de crédito extraordinário, com a necessária autorização legislativa, caracterizando-se a materialização do risco fiscal como situação de emergência que justifica o manejo de tal medida.
 - (D) a abertura de crédito adicional, por decreto, afastando-se a necessidade de lei autorizativa caso seja assegurada fonte de receita decorrente de superávit financeiro.
 - (E) a utilização dos recursos provenientes da reserva de contingência, que correspondem a um percentual da receita corrente líquida, na forma fixada na LDO.



50. Considere que o Estado de Goiás pretenda alterar a regra vigente para repartição, entre os municípios, do produto da participação municipal nas receitas provenientes da arrecadação de ICMS. À luz das disposições constitucionais aplicáveis à matéria, tal desiderato
- (A) afigura-se possível em relação a 35% do referido produto, mediante lei estadual, observada a distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.
 - (B) depende de aprovação de emenda à Constituição, descabendo dispor, por norma infraconstitucional, acerca de rateio do produto destinado aos municípios, que deve observar a regra de proporcionalidade em relação ao quociente populacional.
 - (C) pode ser alcançado com a edição de lei complementar estadual, que deve, contudo, destinar 25% do produto da arrecadação à equalização de desigualdades regionais, privilegiando municípios com menores índices de desenvolvimento socioeconômico.
 - (D) afigura-se inviável até 2028, que é o ano previsto pela Constituição Federal para revisão dos percentuais estabelecidos, a partir da nova verificação de indicadores populacionais e socioeconômicos.
 - (E) pode ser alcançado com a reclassificação, por ato do Chefe do Executivo, dos municípios de acordo com a ponderação de valor adicionado nas operações e os demais critérios demográficos e econômicos previstos na Constituição.
-
51. Considere que o Estado tenha criado um programa de apoio a pequenos empreendedores, prevendo linhas de crédito para capital de giro oferecidas por instituições financeiras com juros abaixo daqueles ordinariamente praticados, subvencionados com recursos provenientes do orçamento estadual e repassados mediante convênio. A área de fiscalização do Tribunal apontou potencial ilegalidade no programa e nos convênios em face da não comprovação de medida compensatória de renúncia fiscal na forma requerida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Referido apontamento
- (A) não procede, pois se trata de subvenção econômica, que exige lei autorizativa específica e deve observar as regras próprias de geração de despesa pública, porém não caracteriza renúncia de receita fiscal.
 - (B) procede, cabendo ao Estado comprovar a adoção de medidas de compensação do impacto do subsídio financeiro concedido, salvo se previsto em lei específica e atrelado a ação incluída no Plano Plurianual.
 - (C) será procedente caso o impacto dos repasses orçamentários decorrentes do programa ultrapasse a margem de renúncia estabelecida no anexo correspondente que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) procede, desde que o programa vigore por mais de dois exercícios, configurando despesa de caráter continuado, a qual somente pode ser compensada por medidas de aumento de arrecadação.
 - (E) não procede, cabendo, contudo, verificar a observância dos limites de endividamento do Estado, eis que a equalização de juros equipara-se a operação de crédito contratada pelo ente.
-
52. No que concerne ao regramento de execução orçamentária, constitui exceção à regra geral que predica que os créditos vinculam-se ao exercício orçamentário em que foram autorizados:
- (A) aqueles destinados a despesas decorrentes de ações e metas que integram o Plano Plurianual.
 - (B) os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício, reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao exercício subsequente.
 - (C) as despesas de caráter continuado, que podem ser cobertas com créditos autorizados no exercício findo, independentemente da inscrição em restos a pagar.
 - (D) aqueles gerados por operações de crédito, que subsistem até a liquidação integral do serviço da dívida.
 - (E) os provenientes de alienação de ativos, cuja fonte corresponde a receita de capital que tem como contrapartida uma baixa patrimonial.
-
53. O Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei complementar nº 159/2017 impõe algumas vedações ao Estado que pretenda a adesão para obter os benefícios correspondentes, entre as quais a proibição de aumento de despesa obrigatória primária de caráter continuado,
- (A) incidente sobre todos os poderes e também em face do Tribunal de Contas, não sendo admitida qualquer forma de compensação do impacto correspondente, admitindo-se, contudo, o cômputo não individualizado por poder.
 - (B) salvo as decorrentes de concessão de reajuste anual aos servidores para recomposição de perda inflacionária, e de criação e provimento de cargos nas áreas de saúde, segurança e educação.
 - (C) vedação essa que pode ser afastada pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal mediante compensação do impacto correspondente, não podendo ser consideradas para compensação receitas não recorrentes ou extraordinárias.
 - (D) incluindo as decorrentes da instituição de regime de previdência complementar para servidores e excluídas as derivadas de reajuste ou majoração de proventos de inativos e pensionistas.
 - (E) exceto se suportadas com a contratação de novas operações de crédito dentro da margem de ampliação do limite de endividamento estabelecida no Plano de Recuperação Fiscal aprovado pelo Ministério da Economia.

**Noções de Legislação Específica do Estado de Goiás**

54. O Regimento Interno do Tribunal de Contas de Goiás dispõe, acerca da eleição para seu Presidente, que
- (A) se exigirá a presença da maioria absoluta dos seus membros titulares, permitida a convocação de Auditor para efeito de quórum.
 - (B) será permitida uma reeleição, por igual período.
 - (C) será eleito para mandato de um ano.
 - (D) os Conselheiros, ainda que licenciados ou em gozo de férias, poderão tomar parte na eleição.
 - (E) se considerará eleito, em primeiro escrutínio, quem obtiver maioria simples dos votos dos presentes.
-
55. Há nos processos administrativos regidos pela Lei Estadual nº 13.800/2001 previsão legal para
- (A) hipótese de sigilo dos atos administrativos, seguimento de ofício do processo administrativo e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
 - (B) hipótese de sigilo dos atos administrativos, cobrança de despesas processuais e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
 - (C) hipótese de sigilo dos atos administrativos, cobrança de despesas processuais e seguimento de ofício do processo administrativo.
 - (D) divulgação oficial de todos os atos administrativos de forma absoluta, cobrança de despesas processuais e seguimento de ofício do processo administrativo.
 - (E) divulgação oficial de todos os atos administrativos de forma absoluta, seguimento de ofício do processo administrativo e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
-
56. No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei Estadual nº 13.800/2001,
- (A) o ato de delegação é irrevogável.
 - (B) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo apenas os casos de delegação legalmente admitidos.
 - (C) as decisões adotadas por delegação deverão mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (D) não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
 - (E) é vedada a avocação temporária de competência atribuída.
-
57. De acordo com o que dispõe a Lei Estadual nº 20.756/2020, considera-se como de efetivo exercício:
- (A) exercício de cargo de provimento em comissão em qualquer parte do território nacional.
 - (B) convocação para o serviço militar.
 - (C) licença por motivo de doença em pessoa da família, remunerada ou não remunerada.
 - (D) doenças de notificação compulsória e não compulsória.
 - (E) participação em competição esportiva, por até noventa dias.
-
58. Acerca do estágio probatório, a Lei Estadual nº 20.756/2020 dispõe que
- (A) é vedado à Administração pública conceder licença não remunerada ou autorizar afastamento sem remuneração ao servidor em estágio probatório, salvo o afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.
 - (B) a originalidade é requisito básico a ser apurado.
 - (C) a verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada por comissão designada especificamente para o servidor em exame.
 - (D) a verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada anualmente.
 - (E) há previsão legal para a desistência do estágio probatório, ainda que o servidor responda a processo administrativo disciplinar.
-
59. No que diz respeito ao sistema de teletrabalho, a Lei Estadual nº 20.756/2020 estabelece que
- (A) sua implantação no âmbito da Administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás depende da iniciativa de cada chefia imediata.
 - (B) é aplicável à atividade que, por sua natureza, constitui trabalho interno ou externo.
 - (C) independe de ter os resultados da atividade de teletrabalho efetivamente mensuráveis.
 - (D) seus efeitos jurídicos não se equiparam àqueles decorrentes da atuação presencial.
 - (E) não se aplica aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão de chefia e direção.
-
60. Nos termos dispostos na Lei Estadual nº 20.756/2020, são classificados como indenizações
- (A) diárias, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional por serviço extraordinário.
 - (B) diárias, transporte e assistência pré-escolar.
 - (C) diárias, transporte e adicional por serviço extraordinário.
 - (D) assistência pré-escolar, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional por serviço extraordinário.
 - (E) transporte, assistência pré-escolar e adicional de insalubridade e periculosidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Orçamento Público**

61. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a devolução parcial de caução, a despesa referente à aquisição de um veículo novo e o pagamento de restos a pagar processados correspondem, respectivamente, a
- (A) uma Despesa Corrente, a uma Inversão Financeira e a um Dispêndio Extraorçamentário.
 - (B) um Dispêndio Extraorçamentário, a um Investimento e a uma Despesa Corrente.
 - (C) um Dispêndio Extraorçamentário, a uma Despesa de Capital e a um Dispêndio Extraorçamentário.
 - (D) um Dispêndio Extraorçamentário, a uma Inversão Financeira e a uma Despesa Corrente.
 - (E) uma Despesa Corrente, a uma Despesa de Capital e a um Dispêndio Extraorçamentário.
-
62. As informações a seguir referem-se a um adiantamento de valor concedido a um servidor de uma entidade pública para atender a despesas eventuais em uma viagem:
- 15/02/2022: empenho da despesa pelo valor de R\$ 250,00.
- 17/02/2022: liquidação da despesa pelo valor total empenhado e reconhecimento do adiantamento concedido no ativo circulante da entidade.
- 23/02/2022: pagamento da despesa pelo valor total empenhado.
- 03/03/2022: realização da viagem e utilização integral do valor concedido.
- 08/03/2022: prestação de contas, pelo servidor, do valor utilizado.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a referida entidade efetuou o registro contábil de uma variação patrimonial diminutiva em
- (A) 08/03/2022.
 - (B) 15/02/2022.
 - (C) 17/02/2022.
 - (D) 23/02/2022.
 - (E) 03/03/2022.
-
63. No que se refere ao Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2023 de um ente público, a Constituição Federal de 1988 determina que
- (A) o projeto será acompanhado de demonstrativo que contempla as informações relativas às receitas e despesas totais e primárias, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida para o exercício financeiro de 2023.
 - (B) as emendas individuais a esse projeto devem ser aprovadas no limite de 2,5% da receita corrente total arrecadada pelo ente no exercício financeiro de 2022.
 - (C) as emendas individuais a esse projeto devem ser utilizadas para destinar recursos para ações e serviços de saúde, assistência social, educação e infraestrutura.
 - (D) o projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - (E) o projeto será acompanhado de demonstrativo que informa os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2023, deduzindo-as da margem bruta de expansão.



64. Considere as afirmativas sobre o Demonstrativo da Despesa com Pessoal.
- I. A Despesa Total com Pessoal deve ser apurada somando-se a despesa empenhada no mês de referência do referido demonstrativo com as dos 11 meses imediatamente anteriores.
 - II. Ajuda de custo destinada para a compensação das despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, é incluída no cômputo da Despesa Bruta com Pessoal.
 - III. Auxílio alimentação destinado ao custeio das despesas com alimentação por dia trabalhado pelo servidor não é incluído no cômputo da Despesa Bruta com Pessoal.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

Contabilidade Geral

Atenção: Para responder às questões de números 65 e 66 considere as informações a seguir.

A Cia. Esplêndida realizou as seguintes transações durante o mês de abril de 20X0:

- I. Comprou prateleiras cujo valor de mercado é R\$ 60.000,00, mas conseguiu negociar com o fornecedor um desconto de 7% sobre esse valor. A companhia ainda pagou R\$ 1.000,00 referentes ao transporte e R\$ 300,00 referentes à instalação das prateleiras.
 - II. Pagou R\$ 5.000,00 para veiculação de publicidades em redes sociais, sendo que as veiculações ocorrerão ao longo dos meses de maio e junho de 20X0.
 - III. Comprou estoques pelo valor total de R\$ 290.000,00, sendo que o valor de mercado dessas mercadorias é R\$ 300.000,00. Ao fazer uma inspeção de qualidade nos produtos, no momento do recebimento das mercadorias, a Cia. Esplêndida identificou que 5% dos itens recebidos apresentavam defeitos, sendo que não podem ser retornados ao fornecedor e não têm valor de revenda.
 - IV. Contratou um novo gerente para a área comercial com um custo mensal total de R\$ 6.000,00. O gerente começará suas atividades apenas em maio de 20X0 e o contrato terá a duração de um ano.
65. O valor total que deve ser reconhecido na mensuração inicial no mês de abril de 20X0, referente aos ativos que atendem aos critérios de reconhecimento, é
- (A) R\$ 337.600,00
 - (B) R\$ 62.100,00
 - (C) R\$ 332.600,00
 - (D) R\$ 409.600,00
 - (E) R\$ 345.800,00

66. As transações que atendem aos critérios de reconhecimento de ativo, segundo a Estrutura conceitual para relatório financeiro (CPC 00 – R02), são:
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.



Atenção: Para responder às questões de números 67 e 68 considere as informações a seguir:

A Demonstração do Resultado da Empresa Calopsita S.A., referente ao ano de 20X2, é apresentada a seguir:

Empresa Calopsita S.A. Demonstração do Resultado – 20X2	Valores em R\$
Receita líquida	2.954.700
(-) Custo das mercadorias vendidas	<u>(2.177.000)</u>
(=) Lucro bruto	777.700
(-) Despesas administrativas e de vendas	(555.800)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	<u>700</u>
(=) Lucro antes do resultado financeiro	222.600
(-) Resultado financeiro	(30.100)
(=) Resultado antes do imposto de renda	192.500

A seguir são apresentadas algumas transações e os respectivos tratamentos contábeis adotados pelo contador da Empresa Calopsita S.A.:

- I. Em agosto de 20X2, a Empresa Calopsita S.A. gastou R\$ 1.200,00 na tentativa de desenvolvimento de um novo produto, mas ainda sem expectativa de sucesso. O contador reconheceu esse valor como produto em desenvolvimento no ativo intangível e definiu o prazo de amortização em 60 meses a partir de setembro de 20X2.
- II. Em setembro de 20X2, a Empresa Calopsita S.A. assinou um contrato de compra de insumos para escritório. O valor total foi R\$ 10.000,00, sendo que metade do valor foi pago no momento da assinatura e o restante na data da entrega da mercadoria que ocorreu em outubro do mesmo ano. Sabe-se que apenas 10% do valor total de aquisição foi consumido pela área administrativa da empresa até o final de 20X2. O contador da empresa considerou os pagamentos realizados como despesa administrativa do ano de 20X2.
- III. Em dezembro de 20X2, a Empresa Calopsita S.A. assinou um contrato para entrega de 5.000 unidades do produto que comercializa, pelo preço unitário líquido de R\$ 100,00, reconhecendo o valor total como receita de vendas no momento da assinatura do contrato. O custo unitário médio do estoque era R\$ 40,00, e o custo das mercadorias vendidas foi também reconhecido integralmente no resultado. A entrega das mercadorias pela empresa ocorrerá durante os três primeiros meses de 20X3, assim como o recebimento do valor da venda.

67. O resultado correto que deveria ser evidenciado pela Empresa Calopsita S.A., para o exercício de 20X2, considerando os registros adequados para as transações I, II e III, é:

- (A) Prejuízo de R\$ 116.500,00.
- (B) Prejuízo de R\$ 117.620,00.
- (C) Prejuízo de R\$ 99.620,00.
- (D) Prejuízo de R\$ 98.500,00.
- (E) Lucro de R\$ 182.380,00.

68. O resultado antes do imposto de renda da Empresa Calopsita S.A., em 20X2, considerando as transações elencadas em I, II e III, está, respectivamente:

- (A) Estimado corretamente – Estimado corretamente – Estimado corretamente.
- (B) Sobrestimado – Subestimado – Sobrestimado.
- (C) Sobrestimado – Sobrestimado – Estimado corretamente.
- (D) Estimado corretamente – Sobrestimado – Sobrestimado.
- (E) Sobrestimado – Sobrestimado – Sobrestimado.

69. A Cia. ABC está respondendo a diversos processos. A assessoria jurídica da empresa apresentou, em 30/06/20X8, o seguinte relatório apontando os montantes e riscos vinculados a potenciais desembolsos para cada um dos processos:

Identificação	Natureza do processo	Montante estimado de desembolso	Probabilidade de perda
Processo 1	Ambiental	R\$ 280.000,00	Possível
Processo 2	Trabalhista	R\$ 350.000,00	Provável
Processo 3	Trabalhista	R\$ 175.000,00	Remota
Processo 4	Fiscal	R\$ 140.000,00	Provável

O valor das provisões evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial de 30/06/20X8 da Cia. ABC, foi:

- (A) R\$ 490.000,00.
- (B) R\$ 770.000,00.
- (C) R\$ 945.000,00.
- (D) R\$ 280.000,00.
- (E) R\$ 455.000,00.



70. Em 02/01/20X4, a empresa Entrega Rápida S.A. comprou um veículo para entregas pagando o valor total de R\$ 200.000,00. A empresa estimou a vida útil do veículo em 8 anos e o valor residual esperado ao final dessa vida útil em R\$ 12.000,00. A empresa adota o método linear para o cálculo da depreciação.

Em 31/08/20X9, a Entrega Rápida S.A. vendeu o veículo pelo valor de R\$ 64.500,00, recebendo o valor à vista. Durante o período de utilização, a empresa não registrou nenhuma perda por *impairment*.

O resultado apurado na venda do veículo evidenciado na demonstração do resultado em 20X9 foi:

- (A) Prejuízo de R\$ 123.500,00
 (B) Prejuízo de R\$ 135.500,00
 (C) Prejuízo de R\$ 4.291,67
 (D) Prejuízo de R\$ 2.333,34
 (E) Lucro de R\$ 52.500,00

71. A empresa XYZ S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis para os anos de 20X7 e 20X8, findos em 31 de dezembro (valores em R\$):

Ativo			Passivo e Patrimônio líquido		
<u>Ativo circulante</u>	31/12/20X7	31/12/20X8	<u>Passivo circulante</u>	31/12/20X7	31/12/20X8
Caixa	45.000,00	38.875,00	Fornecedores	26.250,00	11.250,00
Contas a receber	18.750,00	13.125,00	Aluguéis a pagar	9.375,00	1.875,00
Estoques	11.250,00	31.875,00	Adiantamentos de clientes	16.875,00	3.750,00
Salários antecipados	–	2.625,00	IR a pagar	–	5.625,00
			<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Ativo não circulante</u>			Empréstimos a pagar	56.250,00	58.125,00
Investimentos – Empresa Y	26.250,00	31.125,00	<u>Patrimônio líquido</u>		
Imobilizado	90.000,00	90.000,00	Capital social	82.500,00	92.500,00
(–) Depreciação acumulada	–	(18.000,00)	Reserva de lucros	–	16.500,00
Total do ativo	191.250,00	189.625,00	Total passivo e patrimônio líquido	191.250,00	189.625,00

Demonstração do Resultado do Exercício (ano: 20X8)	
Vendas líquidas	412.500,00
(–) Custo da mercadoria vendida	<u>(268.125,00)</u>
(=) Lucro bruto	144.375,00
(–) <u>Despesas operacionais</u>	
Gerais	(58.875,00)
De vendas	(35.625,00)
Despesa de salários	(4.500,00)
Depreciação	(18.000,00)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	<u>4.875,00</u>
Lucro antes do resultado financeiro	32.250,00
Despesa financeira	<u>(1.875,00)</u>
Lucro antes do imposto de renda	30.375,00
Despesa com o imposto de renda	<u>(13.875,00)</u>
Lucro líquido	16.500,00

A empresa não obteve novos empréstimos e não efetuou qualquer pagamento relacionado com os empréstimos já existentes em 31/12/20X7.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacional e pelas atividades de investimentos da empresa, no ano de 20X8, foram, respectivamente:

- (A) R\$ 16.125,00 (negativo) e R\$ 0,00.
 (B) R\$ 11.250,00 (negativo) e R\$ 4.875,00 (positivo)
 (C) R\$ 16.125,00 (negativo) e R\$ 4.875,00 (positivo)
 (D) R\$ 11.250,00 (negativo) e R\$ 0,00
 (E) R\$ 11.250,00 (negativo) e R\$ 14.875,00 (positivo)

72. A Demonstração do Resultado Abrangente

- (A) apresenta as variações entre períodos oriundas das contas de capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitidos os lucros acumulados e as demais contas exigidas pela Lei societária e normas brasileiras de contabilidade.
 (B) deve ser apresentada separadamente à Demonstração do Resultado do Exercício devido à requisição na Lei societária brasileira.
 (C) reporta qual a origem e aplicação de recursos de longo prazo que uma entidade gerou dentro de um exercício social.
 (D) apresenta apenas os valores de outros resultados abrangentes que são reclassificáveis para o resultado do exercício.
 (E) deve apresentar para os usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como essas foram distribuídas.



Contabilidade de Custos

73. A indústria Magali Ltda. é responsável pela produção e venda de poltronas de linho e incorre, por mês, em custos e despesas fixos de R\$ 1.450.000,00, sendo que neste valor foi incluída a depreciação do imobilizado no valor de R\$ 211.400,00. A indústria Magali Ltda. pratica o preço de venda líquido de R\$ 860,00 por poltrona e almeja conseguir lucro operacional de 10% sobre esse valor. Além disso, a indústria Magali Ltda. incorre nos seguintes custos e despesas por unidade:

	Em R\$
Tecido de linho cru	80,00
Espuma	120,00
Estrutura e base de madeira.....	245,00
Percintas elásticas.....	37,00
Molas.....	65,00
Comissão sobre venda.....	43,00
Frete.....	50,00

Sabendo que a poltrona de linho é o único produto da indústria Magali Ltda., o seu ponto de equilíbrio financeiro, em quantidade, é

- (A) 6.591
 (B) 3.958
 (C) 5.630
 (D) 10.821
 (E) 9.244
-
74. Considere as informações a seguir sobre a estrutura de custos e despesas da empresa Santa Clara Ltda. que produz um único modelo de luminária de escritório na cor preta:

	Em R\$
Matéria-prima (por unidade)	23,50
Mão de obra direta (por unidade)	14,75
Energia elétrica da fábrica (mensal)	20.000,00
Aluguel da fábrica (mensal)	30.000,00
Comissão sobre venda (por unidade)	7,00
Salário dos supervisores de produção (mensal)	16.000,00
Despesas fixas (mensal)	140.000,00

Durante o segundo trimestre de 20X1, a empresa Santa Clara Ltda. apresentou os seguintes volumes de produção e venda:

	Abril	Maio	Junho
Produção	10.000	10.000	10.000
Venda	8.000	11.250	9.500

Considerando que a empresa Santa Clara Ltda. utiliza o método de custeio pleno, o saldo do estoque de produtos acabados no final de junho de 20X1 é, em reais,

- (A) 82.312,50
 (B) 47.812,50
 (C) 56.062,50
 (D) 64.812,50
 (E) 73.562,50
-
75. A indústria Plastic Ltda. produz dois tipos de escovas de cabelo de plástico, A e B. Com a intenção de melhorar a qualidade de suas informações de custos, a indústria optou pela contratação de uma consultoria para a implementação do custeio baseado em atividades. A consultoria identificou que a indústria incorre em custos fixos indiretos de R\$ 125.000,00 por mês, todos classificados como *overhead* e cujo valor foi atribuído, por meio de rastreamento, às atividades relevantes da empresa. A tabela a seguir descreve as atividades relevantes quanto ao valor a elas atribuído de custos indiretos, direcionador utilizado para alocar os custos das atividades aos produtos e o volume do direcionador para cada um dos produtos.

Atividades	Custo Indireto (em R\$)	Direcionadores	A (Quantidade por mês)	B (Quantidade por mês)
Receber materiais	40.000,00	Quantidade de pedidos	55	25
Controlar a qualidade	60.000,00	Quantidade de lotes	35	15
Supervisionar produção	25.000,00	Quantidade de horas	630	370

Com base nessas informações, o valor dos custos fixos indiretos alocados à escova de cabelo do tipo A é, em reais,

- (A) 85.250,00
 (B) 39.750,00
 (C) 45.353,98
 (D) 62.500,00
 (E) 79.646,02



76. A empresa Amora Ltda. fabrica peças de bijuteria artesanais em acrílico colorido, que são vendidas no mercado nacional. Ela possui três linhas de produção – brincos, colares e anéis. Após a finalização da produção, as bijuterias são comercializadas por meio de uma mesma estrutura de *e-commerce*. Os principais custos e despesas da empresa são os seguintes:
- Manutenção do *e-commerce*: montante mensal correspondente à manutenção da plataforma de vendas virtual, pois a empresa não possui loja física.
 - Depreciação: montante apurado com base no método das quotas constantes referente à máquina utilizada para realizar o corte do acrílico empregado na confecção das bijuterias das três linhas.
 - Salário dos *designers*: remuneração mensal dos colaboradores responsáveis pelo desenho das peças, sendo que cada *designer* é responsável somente por uma das três linhas.
 - Salário das artesãs: funcionárias que confeccionam as peças finais utilizando as partes de acrílico, argolas, tarraxas e fechos, cuja remuneração está vinculada à quantidade produzida.
 - Salário dos responsáveis pelos envios das peças para os clientes: remuneração mensal dos funcionários encarregados pela separação das peças para preparo dos pacotes e envio aos clientes.

Com base no objeto de custeio unidade de peça de bijuteria,

- (A) a manutenção do *e-commerce* é uma despesa fixa indireta.
- (B) o salário dos responsáveis pelos envios é um custo variável direto.
- (C) a depreciação é um custo fixo direto.
- (D) o salário dos *designers* é uma despesa fixa direta.
- (E) o salário das artesãs é uma despesa variável direta.

Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 77 e 78.

A indústria Gran Pets S.A. é responsável pela fabricação de duas linhas de ração *premium* para cachorros de porte pequeno, A e B, vendidas em pacotes de 1 kg. Líder no mercado nacional, a indústria Gran Pets S.A. incorre nos seguintes custos e despesas:

	Linha A (em R\$)	Linha B (em R\$)	Empresa (em R\$)
Matéria-prima (por unidade)	10,50	14,50	
Embalagem (por unidade)	2,50	3,00	
Mão de obra direta (por unidade)	5,64	7,52	
Comissão sobre vendas (por unidade)	3,40	4,20	
Salário dos supervisores da fábrica (mensal)			95.000,00
Energia elétrica da fábrica (mensal)			75.000,00
Aluguel da fábrica (mensal)			65.000,00
Propaganda (mensal)			40.000,00
Salário da administração geral da empresa (mensal)			50.000,00

A indústria Gran Pets S.A., durante o mês de agosto de 20X2, produziu e vendeu 24.000 unidades de pacotes da ração da linha A e 12.000 unidades de pacotes da ração da linha B. O pacote de ração da linha A é vendido pelo preço bruto de R\$ 40,00, o pacote de ração da linha B é vendido pelo preço bruto de R\$ 52,00 e a tributação sobre as vendas é de 10%. A indústria Gran Pets S.A. utiliza o método de custeio por absorção e aloca os custos fixos indiretos às linhas de produção com base no valor da mão de obra direta total incorrida por linha.

77. O valor dos custos fixos indiretos totais alocado à linha B no mês de agosto de 20X2 foi, em reais,
- (A) 141.000,00
 - (B) 195.000,00
 - (C) 94.000,00
 - (D) 110.000,00
 - (E) 130.000,00



78. Considerando que não havia estoque inicial, a margem bruta total do mês de agosto de 20X2 das linhas A e B foi, respectivamente, em reais,
- (A) 275.640,00 e 167.360,00
 - (B) 315.925,71 e 127.074,29
 - (C) 134.040,00 e 86.960,00
 - (D) 194.040,00 e 116.960,00
 - (E) 259.973,33 e 183.026,67
-
79. Considere as afirmações a seguir sobre os usos do custo padrão.
- I. Estabelecimento de metas e controle de custos.
 - II. Elaboração de orçamentos da empresa.
 - III. Apuração dos *sunk costs*.
 - IV. Avaliação de desempenho dos gestores.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.
-
80. A indústria têxtil São José Ltda. identificou, durante a análise de suas informações de custos, que está operando com Margem de Segurança Operacional de 22%. Isso significa que a indústria têxtil São José Ltda. está com
- (A) um volume de vendas acima do ponto de equilíbrio econômico e, portanto, está conseguindo obter margem de contribuição total igual ao montante dos custos e despesas fixos totais.
 - (B) uma margem de lucro operacional de 22% em relação à receita bruta de vendas.
 - (C) um volume de vendas acima do ponto de equilíbrio contábil e, portanto, está conseguindo cobrir todos os seus custos e despesas.
 - (D) um saldo de estoques 22% superior do que a quantidade requerida para atender aos seus pedidos.
 - (E) uma variação de 22% no lucro operacional para cada ponto de variação percentual no volume.

Contabilidade Pública

81. Considere as informações extraídas das demonstrações contábeis de um ente público referentes ao exercício financeiro de 2021. Os valores estão expressos em reais.

Previsão Inicial da Receita Orçamentária	380.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita Orçamentária	395.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	413.000.000,00
Dotação Inicial da Despesa Orçamentária	380.000.000,00
Dotação Atualizada da Despesa Orçamentária	410.000.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada	370.000.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada	365.000.000,00
Despesa Orçamentária Paga	210.000.000,00
Depósito Caução devolvido	930.000,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados inscritos em 31/12/2020	101.000,00

Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido ente apresentou, no exercício financeiro de 2021,

- (A) economia orçamentária ou saldo da dotação de R\$ 10.000.000,00.
- (B) dispêndio extraorçamentário total de R\$ 930.000,00.
- (C) resultado de execução orçamentária superavitário em R\$ 203.000.000,00.
- (D) resultado financeiro positivo em R\$ 41.969.000,00.
- (E) excesso de arrecadação de R\$ 18.000.000,00.



82. O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de um ente público, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, deve apresentar como
- (A) Passivo Financeiro o valor de férias a pagar, cujo empenho da despesa ainda não ocorreu.
 - (B) Passivo Permanente a despesa de capital empenhada com investimentos.
 - (C) Passivo Permanente o valor recebido de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (D) Ativo Financeiro os atos potenciais ativos ainda não executados.
 - (E) Ativo Permanente os créditos tributários a receber.

83. Em 22/11/2016, uma entidade pública adquiriu um veículo novo por R\$ 57.600,00 que foi entregue pelo fornecedor em 01/12/2016 e, nesta mesma data, foi colocado em uso pela referida entidade. No dia da entrega do veículo, a sua vida útil e o seu valor residual foram estimados, respectivamente, em 8 anos e R\$ 9.600,00.

Em 31/12/2021, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2021, a entidade pública realizou o teste de redução ao valor recuperável e constatou as seguintes informações para o veículo:

Valor em uso..... R\$ 27.000,00

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 25.100,00

Assim, sabendo que a entidade utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação,

- (A) o valor líquido contábil em 31/12/2021, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2021 e após a realização do teste de redução ao valor recuperável, era R\$ 27.000,00.
- (B) a variação patrimonial diminutiva reconhecida em 31/12/2021 referente à redução ao valor recuperável do veículo foi R\$ 2.000,00.
- (C) a depreciação acumulada do veículo em 31/12/2021, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2021 e antes da realização do teste de redução ao valor recuperável, era R\$ 30.000,00.
- (D) o valor depreciável do veículo em 01/12/2016 era R\$ 57.600,00.
- (E) o valor líquido contábil em 31/12/2021, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2021 e antes da realização do teste de redução ao valor recuperável, era R\$ 17.500,00.

84. Considere as informações do serviço de poda de árvores prestado a uma entidade pública:

20/01/2022: empenho da despesa pelo valor de R\$ 4.850,00.

13/04/2022: prestação integral do serviço de poda das árvores pela empresa contratada.

14/04/2022: liquidação da despesa pelo valor total do empenho.

27/05/2022: pagamento da despesa pelo valor total do empenho.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a referida entidade pública reconheceu

- (A) uma variação patrimonial qualitativa em 27/05/2022.
- (B) uma despesa orçamentária efetiva em 20/01/2022.
- (C) uma variação patrimonial quantitativa em 20/01/2022.
- (D) um fato contábil permutativo em 13/04/2022.
- (E) uma variação patrimonial diminutiva em 14/04/2022.



85. Considere:

- I. Evento subsequente é aquele evento, seja favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.
- II. Eventos subsequentes que dão origem a ajustes são aqueles que evidenciam condições já existentes na data das demonstrações contábeis e, portanto, a entidade deve ajustar o valor reconhecido em suas demonstrações contábeis para refletir tais eventos.
- III. Eventos subsequentes que não dão origem a ajustes são aqueles com indicativos de condições que surgiram após a data das demonstrações contábeis e, portanto, a entidade não deve ajustar o valor reconhecido em suas demonstrações contábeis para refletir tais eventos.

De acordo com a NBC TSP 25, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

86. Em 31/12/2021, uma entidade pública constatou a necessidade de efetuar o registro contábil de ajuste de perdas para adequar o valor de estoques adquiridos em fevereiro de 2021 ao seu valor realizável líquido. O referido registro contábil, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi efetuado por meio do seguinte lançamento contábil:

- (A) Débito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Resultados Acumulados
- (B) Débito: 2.x.x.x.x.xx Resultados Acumulados
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- (C) Débito: 3.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- (D) Débito: 4.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- (E) Débito: 6.x.x.x.x.xx Despesa Realizada com Estoques
Crédito: 1.x.x.x.x.xx Estoques

87. A Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2021 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia

- (A) a receita de capital arrecadada com a alienação de um veículo, cujo valor líquido contábil apurado no momento da venda foi igual ao valor total obtido com a alienação.
- (B) o recebimento efetivo, em novembro de 2021, de doações e subvenções.
- (C) os dispêndios extraorçamentários com a devolução de caução recebida em agosto de 2021.
- (D) os aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.
- (E) os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas, cuja prestação de serviço para a entidade ocorreu de janeiro a junho de 2022.

88. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis "Inscrição de Restos a Pagar", "Execução de Restos a Pagar" e "Execução da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa" pertencem, respectivamente, às classes

- (A) 6, 6 e 1.
- (B) 2, 2 e 1.
- (C) 5, 6 e 2.
- (D) 2, 2 e 3.
- (E) 5, 6 e 8.

**Controle Externo**

89. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás expediu atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade. A expedição desses atos é possível, no âmbito de sua competência e jurisdição, porque assiste ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás o poder
- (A) organizacional.
 - (B) regulamentar.
 - (C) administrativo.
 - (D) tutelar.
 - (E) executivo.
-
90. Nos termos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, é finalidade do sistema de controle interno
- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (C) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
 - (D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
-
91. A Lei Estadual nº 16.168/2007 dispõe que as contas prestadas pelo Governador sobre a execução dos orçamentos consistirão do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e
- (A) dos ajustes celebrados no âmbito Estadual.
 - (B) do relatório resumido da execução orçamentária.
 - (C) do relatório de gestão fiscal.
 - (D) dos balanços gerais do Estado.
 - (E) dos processos de despesa orçamentária e extraorçamentária.

Técnicas de Auditoria

92. A NBC TA 200 dita que o objetivo da auditoria de demonstrações contábeis é
- (A) indicar direitos e deveres do auditor e da entidade auditada.
 - (B) aumentar o grau de confiança por parte dos usuários.
 - (C) sustentar as responsabilidades gerais do auditor independente na condução da auditoria de demonstrações contábeis.
 - (D) possibilitar ao auditor independente o cumprimento das normas do auditor independente.
 - (E) permitir ao auditor o cumprimento das normas éticas de auditoria.
-
93. Consoante o que dispõe a Constituição Federal de 1988, cabe, para fins de registro, a apreciação
- (A) da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - (B) das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
 - (C) das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta.
 - (D) da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta.
 - (E) das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.



94. Nos termos estabelecidos na NBC TA 200, a qualidade e a quantidade das informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião são conceitos relacionados
- (A) à informação contábil histórica.
 - (B) às evidências de auditoria.
 - (C) aos riscos de auditoria.
 - (D) aos papéis de trabalho.
 - (E) ao sistema contábil da entidade.

Licitações e Contratos Administrativos

95. Considere que, instaurada licitação na modalidade concorrência, sob o regime da Lei nº 8.666/1993, tenha sido apresentada apresentação junto ao Tribunal de Contas de Goiás, em que potenciais interessados sustentam a existência de cláusulas editais em desacordo com a legislação e restritivas de ampla competitividade, a saber:
- I. exigência de qualificação técnica com apresentação de atestados que comprovem experiência anterior na realização de objeto similar ao licitado em complexidade e quantidades;
 - II. garantia de proposta de 5% do valor estimado da contratação;
 - III. exigência de capacidade financeira aferida a partir de comprovação de faturamento mínimo dos últimos 12 meses, comprovado mediante Demonstrações Financeiras do exercício findo; comprovação de patrimônio líquido correspondente a 10% do valor estimado da contratação; e
 - IV. não admissão de participação dos licitantes na forma de consórcio.

Constitui ilegalidade flagrante o descrito no item

- (A) II, por extrapolação do limite legal, e no item III, apenas no que se refere à comprovação de faturamento mínimo anterior.
 - (B) II, salvo em se tratando de licitação para concessão de serviços públicos, e no item III, em face da limitação temporal estabelecida para comprovação do faturamento anterior, o qual pode ser comprovado mediante apresentação de balancetes trimestrais.
 - (C) I, salvo se adotado o tipo melhor técnica ou técnica e preço, e no item IV, eis que a participação em consórcio constitui prerrogativa dos licitantes quando adotada modalidade concorrência.
 - (D) II, salvo em se tratando de licitação para alienação de imóveis, e no item III, em relação à exigência de patrimônio líquido, eis que não se enquadra no rol taxativo estabelecido pela Lei para comprovação de capacidade econômico-financeira.
 - (E) I, eis que vedada a exigência de comprovação de experiência anterior, cabendo aferir qualificação técnica exclusivamente com base nas condições atuais do licitante, e no item IV, pois a participação em consórcio somente é vedada na modalidade pregão.
96. Considere que ao examinar as contas do Governador, relativas ao exercício de 2020, o Tribunal de Contas de Goiás tenha identificado um volume significativo de alterações nos contratos de prestação de serviços firmados por diversas Secretarias de Estado sob a égide da Lei nº 8.666/1993. Constataram-se redução de quantitativos em alguns contratos e acréscimos em outros, além de modificações do objeto original justificadas pela origem como “adequações de escopo”. Instadas a se manifestarem, as Secretarias destacaram que muitas das alterações deveram-se à “excepcional situação vivenciada no período da pandemia da nova Covid-19 e também dos efeitos pós-pandemia e outras foram efetuadas de acordo com as prerrogativas ordinariamente conferidas pela legislação”. De acordo com a disciplina constitucional e legal aplicável, há que se considerar, para verificação da regularidade das situações analisadas, que
- (A) os acréscimos quantitativos em qualquer percentual necessitam de justificativa específica que demonstre a efetiva correlação com as medidas de enfrentamento da situação de calamidade pública, eis que em situações ordinárias caracterizam burla ao procedimento licitatório.
 - (B) apenas durante o período em que vigente a situação de calamidade pública, devidamente declarada, afigura-se possível a alteração dos objetos contratuais para atendimento das necessidades daí decorrentes, bem como alterações unilaterais nos quantitativos, observado o limite de 50% do valor original do contrato.
 - (C) afiguram-se juridicamente legítimas reduções e acréscimos impostos unilateralmente pela Administração, no limite de 25% do valor atualizado do contrato, sendo vedadas, mesmo em situação de calamidade pública ou força maior, alterações que modifiquem o objeto contratado.
 - (D) os acréscimos, supressões e adequações de escopo, embora admissíveis em qualquer percentual em situação de calamidade pública ou enquanto perdurarem seus efeitos, devem contar com a concordância das contratadas, vedada a alteração unilateral pela Administração.
 - (E) apenas as supressões de serviços de natureza contínua encontram sua justificativa na excepcionalidade decorrente da pandemia, podendo, assim, ser manejadas unilateralmente pela Administração em qualquer percentual enquanto perdurarem os efeitos da situação de calamidade pública.



97. Considere que a Administração pretenda adotar o credenciamento para contratação de determinados serviços, utilizando-se do regramento estabelecido na Lei nº 14.133/2021. De acordo com a referida disciplina legal, tal prática
- (A) pode ser utilizada como procedimento de pré-qualificação em contratações para objetos de baixa complexidade, não afastando, contudo, a necessidade de subsequente procedimento licitatório.
 - (B) passou a ser expressamente vedada, com a substituição pelo procedimento auxiliar de manifestação de interesse, cabível para seleção de profissionais ou empresas para contratações simultâneas de objetos similares.
 - (C) afigura-se juridicamente viável para seleção, com inexigibilidade de licitação, de leiloeiro oficial, caso não se opte pela seleção mediante licitação na modalidade pregão.
 - (D) é admitida exclusivamente para contratações simultâneas e não excludentes de um mesmo objeto e desde que tal opção seja demonstrada como a mais vantajosa para a Administração.
 - (E) constitui modalidade licitatória aplicável para contratação de objetos em mercados fluidos, mediante sistema de registro de preços, em que se verifique oscilação significativa de preços ou das condições de prestação.

Regime Próprio e Regime Complementar de Previdência

98. Conforme previsão em legislação federal vigente, a despesa total com pessoal, por período de apuração em cada estado da Federação, não poderá exceder o limite de
- (A) 50% da receita corrente líquida, excluído o valor pago com inativos e pensionistas.
 - (B) 60% da receita corrente líquida, incluindo o valor pago de indenização por demissão de servidores e empregados.
 - (C) 50% da receita corrente líquida, incluindo o valor pago de indenização por demissão de servidores e empregados.
 - (D) 60% da receita corrente líquida, excluído o valor pago de indenização por demissão de servidores e empregados.
 - (E) 50% da receita corrente líquida, incluindo o valor pago com inativos e pensionistas.
-
99. Sócrates é servidor público federal vinculado ao Ministério das Minas e Energia e percebeu seus vencimentos no mês anterior da seguinte forma: R\$ 2.100,00 de remuneração pelo cargo efetivo; R\$ 700,00 de adicional de férias; R\$ 400,00 de diárias de viagem. Considerando o que prevê a legislação federal vigente, a sua contribuição social sobre a supra referida remuneração será de
- (A) R\$ 350,00
 - (B) R\$ 352,00
 - (C) R\$ 231,00
 - (D) R\$ 275,00
 - (E) R\$ 308,00

-
100. Heráclito é servidor público do estado de Goiás, com 35 anos de idade, ocupante de cargo efetivo e está pleiteando a sua aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, em virtude de doença reumatológica. Para tanto, nos termos da Lei Complementar estadual de Goiás 161 de 2020, a concessão da referida aposentadoria deverá ser precedida de uma licença para tratamento de saúde de **I** para, findo este prazo, avaliar-se de forma mais precisa a necessidade da concessão do benefício, e a conclusão da impossibilidade de readaptação. Na hipótese de ser concedida a aposentadoria nestas condições a Heráclito, o mesmo deverá se submeter a avaliação médica periódica **II** para se atestar a permanência das condições que lhe causaram a incapacidade laboral.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I** e **II**:

- (A) 6 meses – a cada 5 anos após a concessão
- (B) 12 meses – a cada 5 anos após a concessão
- (C) 24 meses – a cada 5 anos após a concessão
- (D) 180 dias – nos 15 primeiros anos após a concessão
- (E) 24 meses – nos 15 primeiros anos após a concessão